

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: Colégio de Campos
Circulo: Viana do Castelo
Sessão: Secundário

Projecto de Recomendação:

Exposição de motivos: (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

Considerando que a Implantação da República no nosso país foi uma grande conquista na nossa história, mas que mostra actualmente algumas fragilidades, parece-nos necessário criar mecanismos que a preservem e que a aperfeiçoem. É fundamental criar uma população informada e participativa, tentando inculcar nos jovens uma consciência política, cívica e social. Como forma de adquirir o conhecimento necessário para que no futuro estes jovens se tornem cidadãos responsáveis, propomos a recuperação da disciplina de Introdução à Política. Leccionada durante vários anos no ensino secundário, permitiu desenvolver nos jovens competências cívicas e de cidadania e fez despertar a consciência do nosso sistema e regime político vigente, bem como dos grandes acontecimentos políticos que marcaram a nossa história recente. O actual alheamento da vida política, por parte da maioria dos jovens, enfraquece a vertente cívica e de cidadania do actual regime e, numa análise mais profunda, cria dificuldades à nação e ao sentimento de ser português. Por estes motivos, e muitos outros que aqui poderíamos certamente referir, propomos, sem aumentar a carga horária semanal, a reintrodução da disciplina de Introdução à Política. Esta disciplina poderia fazer parte do actual sistema de ensino através de uma reorganização curricular, que numa fase inicial abrangeria apenas os alunos do 12º ano. Teria como finalidade sensibilizar e fazer despertar nos jovens o interesse pela política, pela cidadania e pelas práticas cívicas e democráticas que caracterizam actualmente o nosso sistema e regime político.

Considerando que o país se deveria esforçar no sentido de dar voz aos jovens, defender os seus interesses e apoiá-los na sua vida social e até pessoal, propomos a criação de uma Comissão Parlamentar para os assuntos relacionados com a Criança e os Jovens. Esta comissão seria constituída por deputados com idades entre os 18 e os 25 anos, e dedicar-se-ia aos assuntos que directamente dizem respeito aos jovens e às crianças: a defesa, a vigilância e a protecção dos direitos da criança e dos jovens, ocupar-se-ia de temas como a sexualidade dos jovens, os abusos sexuais sobre os menores, a toxicodependência, o primeiro emprego, o apoio à educação, à saúde, entre outros, e, neste como noutros âmbitos, criaria legislação

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

própria e adequada. Em boa verdade, até hoje, os assuntos que directamente dizem respeito aos jovens, têm sido tratados por comissões parlamentares permanentes que se debruçam sobre um quadro legal e institucional geral, abordando, não raras vezes, estes assuntos sob uma perspectiva adulta e distanciada dos interesses e valores dos jovens. Para combater esta situação e para que as políticas reflectam realmente os valores e vivências da juventude, seria imprescindível um sistema de quotas que obrigasse os partidos políticos a colocar nas suas listas eleitorais, e em posição elegível, candidatos ao parlamento entre os 18 e os 25 anos idade, por serem estes os que mais próximo estão dos jovens e, por conseguinte, serem os que mais e melhor compreendem e se identificam com os jovens e com as crianças. O jovem tem, pela sua falta de maturidade intelectual, a necessidade de uma protecção e cuidados especiais, desta forma torna-se fundamental a existência desta Comissão.

Medidas propostas: (redigir com clareza e objectividade, sem alíneas)

1. REINTRODUZIR A DISCIPLINA DE INTRODUÇÃO À POLÍTICA NO ENSINO SECUNDÁRIO

2. CRIAR A COMISSÃO PARLAMENTAR DOS JOVENS

3.